

**A PARTICIPAÇÃO DOS NEGROS ESCRAVIZADOS/LIBERTOS NA CABANAGEM  
ENTRE OS ANOS DE 1835 A 1840  
THE PARTICIPATION OF SLAVED/FREED BLACKS IN CABANAGEM  
BETWEEN THE YEARS 1835 TO 1840**

Roseane Araújo dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO**

O propósito deste artigo é identificar como sucedeu a participação dos negros escravizados/libertos na revolta denominada Cabanagem, eclodida em 7 de janeiro de 1835 a 1840 com a “derrota” dos cabanos. Pretende-se analisar as demandas que essa população trouxe para o movimento cabano, explorar de qual local partiram a maioria dos escravos, como reivindicaram questões no âmbito social durante a revolta e como esses eram citados na documentação dos governantes do período, devido ao fato de que os negros escravizados serviam como mero instrumento de trabalho para os donos de sítios e fazendas da região. Considera-se também, discutir o porquê essa condição estendeu-se por tanto tempo e por quais razões esses sujeitos foram ocultados da historiografia e o reflexo disso concernente à marginalização desses.

**Palavras-chaves:** Cabanagem, Revolução, Negro, Trajetória.

**ABSTRACT**

The purpose of this article is to identify how the participation of enslaved/freed blacks took place in the revolt called Cabanagem, which broke out on January 7, 1835 to 1840 with the “defeat” of the Cabanos. It is intended to analyze the demands that this population brought to the Cabano movement, explore where most of the slaves departed from, how they claimed social issues during the revolt and how they were mentioned in the documents of the rulers of the period, due to the fact that that the enslaved blacks served as a mere instrument of work for the owners of ranches and farms in the region. It is also considered to discuss why this condition lasted for so long and for what reasons these subjects were hidden from historiography and the reflection of this concerning their marginalization.

**Keywords:** Cabanagem, Revolution, Negro, Trajectory.

---

<sup>1</sup>Graduanda em Licenciatura de História pela UFPA - Universidade Federal do Estado do Pará Campus Ananindeua-PA. E-mail roseanearaujo1405@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo do chamado “período regencial” (1831 – 1840) ocorreu no Brasil diversas insurreições com participação de indivíduos desamparados pelos governantes, como os indígenas, negros escravizados ou libertos, livres pobres<sup>2</sup> e outros, os quais buscavam melhorias para suas vidas. O principal objetivo desses sujeitos era de protestar contra os abusos do sistema colonial, para os negros, seja cativo ou liberto, era mais uma oportunidade de reverter a opressão a qual eram submetidos, visto que, as elites nesse período se dividiam em vários grupos, onde defendiam projetos políticos próprios e que geralmente ou sempre, deixavam de fora as populações menos favorecidas, como os negros escravizados. A Cabanagem foi o resultado dos maus tratos que os habitantes da província do Pará sofriam pela coroa brasileira e que reuniu a população descontente (SILVA, 2021). Ou seja, parte da elite e da população em geral, negros, agricultores, indígenas e outros desfavorecidos para tomar o poder na província.

Para destacar as revoltas desta época, podemos citar a Balaiada (1830 – 1841), ocorrida no Maranhão, a Guerra dos Farrapos (1835 – 1845), no Rio grande do Sul, a Revolta dos Males (1835) e Sabinada (1837 – 1838) na Bahia, e o movimento da Cabanagem (1835 – 1840) na província do Grão-Pará. Esta última mobilizou milhares de pessoas, a maioria dos indígenas, negros escravizados, caboclos e parte da elite que contestava a não autonomia política na província. A documentação<sup>3</sup> que trata entre outros assuntos o andamento do movimento cabano na província paraense, parte dela, será utilizada na pesquisa a fim de discutir como os legalistas tratavam os sujeitos que participaram desse momento no período de regências. Período este, bastante conturbado no Brasil, com rusgas<sup>4</sup> que existiam antes da cabanagem já haviam trazido insatisfação aos paraenses.

A participação da população negra cativa/liberta na revolta cabana é o objeto de estudo deste artigo. Aquela sucedeu de diversas maneiras, seja através de fugas<sup>5</sup> ou outro meio de resistência a seus infortúnios, estavam o todo tempo associando sua luta em favor do alcance da liberdade e contra o domínio lusitano. Desta forma, o movimento cabano, era uma nova oportunidade de traçar mais um caminho em busca da liberdade e era necessário não

---

<sup>2</sup> Diz-se homens livres pobres, são aqueles que em muitos casos são egressos da escravidão e/ ou migrantes com pouco ou nenhum recurso de sobrevivência.

<sup>3</sup> Correspondências de diversos com o governo está organizada em códices e é encontrada no Arquivo Público do Estado do Pará

<sup>4</sup> Segundo o dicionário UNESP do português contemporâneo, rusga significa : briga; desavença; desentendimento.

<sup>5</sup>Tinham como destino o interior da floresta

perder tempo esperando a abolição, buscando-a por conta própria. (NETO, 2001) Os sentidos de liberdade ao longo do andamento da insurreição, mostrou-se de formas distintas a depender dos sujeitos.

Existe uma discussão a respeito do conceito utilizado para definir o que na verdade foi a cabanagem, se tratava de uma revolta ou uma revolução? Nesta pesquisa será feita somente a comparação desses dois conceitos, para identificar qual melhor define a cabanagem. De acordo com a definição do dicionário, revolução se compõe numa ruptura explosiva com intuito de transformar radicalmente a organização de uma sociedade e tem como causa, geralmente a disputa pelo poder e o desagrado popular, é algo mais coletivo. Enquanto que, revolta é não aceitar determinada situação e por isso há um esforço em mudar. É algo mais individual, caracterizada por identificar determinada conjuntura e não mais aceitá-la.

A Cabanagem foi uma revolução popular, ocorrida entre os anos 1835 — ano que ocorreu a tomada de Belém pelos cabanos — a 1840 — quando o último dos rebeldes se rendeu na província do Grão-Pará — ela é fruto do descontentamento com o governo regencial e com os altos índices de desigualdade entre a população. Obviamente, a revolta gerou um massacre entre as tropas de governo e os revoltosos. Nesse sentido, a continuidade do cenário apresentado na época da revolta cabana, nas esferas sociais, econômicas e política era favorável a amotinamentos e, as inquietudes, os desgastes, as desigualdades possuem a capacidade de se transformar em força acumulada, prestes a irromper a qualquer momento e isso foi de fato o que aconteceu na madrugada de 7 de janeiro de 1935. (RAMOS, 2010)

O caráter multifacetado da Cabanagem gerou ações compostas por sujeitos sociais diversos. Era previsível que as reivindicações também diferissem e fossem antagônicas. Os movimentos sociais nos quais a participação de setores marginalizados é predominante tem-se uma documentação bastante escassa que dificulta a obtenção de informações acerca do assunto. É o caso do movimento cabano, o qual possui registros oficiais extremamente tendenciosos que desqualificam e descaracterizam os objetivos dos revoltosos.

Esta pesquisa é imprescindível do ponto de vista social, pois, ao adquirir conhecimento sobre a participação da população negra cativa/liberta na Cabanagem, compreende-se a luta desses sujeitos a fim de reverter a situação opressiva a qual estavam submetidos. Havia diferentes formas de resistência, dado que lutar por liberdades, não necessariamente era aliar-se aos revoltosos, muitos escravizados buscavam melhorias aliando-se aos legalistas. Será feita abordagens a respeito de escravizados negros, que em determinado momento da cabanagem, assumiram papéis de grande valor, como os de liderança. Para além

disso, a pesquisa pretende compreender o avanço que essa revolução teve pelo vale amazônico e os impactos em prol de outra ordem social.

Também abarca grande contribuição para a história, pois, os cabanos transmitiram um avanço político em suas lutas e sua escolha existencial pela liberdade, ou melhor, pelas liberdades e igualdade, sobretudo, para os negros escravizados. Dessa forma, interpretar os processos, as dinâmicas, as contradições, as mazelas de uma sociedade através do estudo da disciplina história, possibilita aos indivíduos, reconhecer a crise na base estrutural de nossa sociedade.

Analisar a presença dos cativos/libertos negros na Cabanagem e compreender suas demandas é essencial para desmistificar o caráter “maldoso” da revolução e esclarecer os interesses do império em silenciá-los, sobretudo pelo alcance que o movimento obteve. “Os negros aderiram em massa a causa cabana”. (SALLES, 1971)

A cabanagem ainda é um tema bastante procurado para trabalhos de conclusão de cursos, ou mesmo para aqueles que durante sua vida escolar demonstraram interesse em conhecer a natureza do movimento que abalou as estruturas do império na década de 30 do século XIX.

O silêncio historiográfico em relação à participação negra escravizada é injustificável, em razão de a cabanagem não ter sido um movimento meramente regional — como foi julgado por muito tempo — e atingiu proporções para além da região norte (RICCI, 2006). A pouca ou nenhuma visibilidade dos negros na cabanagem contribuiu para a estereotipar esses sujeitos. Quando citados na literatura, em relação ao movimento cabano, era sempre pejorativamente, ainda que, esse cenário caminhe para uma mudança em relação à presença mais significativa do negro na literatura ainda no século XIX. (FILHO, 2004)

Vale ressaltar que a cabanagem despertou mudanças notáveis de concepção, tais mudanças aconteceram no “sentido de pertencimento e de autonomia de deslocamento e usufruto dos espaços”, sentimento que se encaixa também na visão da população negra escrava que participou da revolução cabana, tais experiências foram constituídas durante a permanência dos cabanos na capital (RAMOS, 2009). Com isso, os governantes não mediram esforços para que a ordem fosse restabelecida na província. A “limpeza” da cidade significava retirar os cabanos ou aqueles que tivessem alguma espécie de vínculo com os revoltosos.

## 2 REGISTROS DE UMA REVOLTA REGENCIAL PARAENSE

Um ponto importante a ser abordado nesse artigo é sobre a documentação da época entre os governantes da província paraense, elaborada pelas autoridades “legalistas”. Quem narra e descreve os fatos é sempre o “outro”, ou seja, serão dificilmente encontrados relatos ou depoimentos dos participantes que estiveram na revolta como as populações menos favorecidas. Conseqüentemente, as descrições dos acontecimentos são restritas e elitizadas, impondo um caráter ilegal às manifestações.

De modo que, pode-se inferir a respeito da documentação trocada entre as autoridades legalistas apresentada na época da cabanagem, que continha um caráter disposto a classificar o outro. Produziam uma documentação oficial, seja nas correspondências, nos relatórios ou nos discursos dos comandantes, uma imagem pejorativa dos cabanos, isso era feito para reforçar a necessidade de controle, de poder. E, são essas informações que tornam possíveis as pesquisas sobre os sujeitos ou o que se possa mais saber sobre a cabanagem.

Concernente a disseminação de notícias fora da província acerca dos conflitos entre os cabanos e não-cabanos, era evidenciada apenas a vitória das autoridades legalistas, a exemplo do periódico *correio oficial*<sup>6</sup>, que informava: é de se esperar que dentre em poucos meses tenhamos notícias agradáveis as quais viriam por meio de uma força respeitável, que nesse caso seria as tropas legalistas enviadas para retomar a ordem na província. Cabe dizer que, as notícias chegavam através de ofícios e ganhavam pequenas notas nos jornais.

Os atos e os pensamentos relacionados ao movimento cabano, segundo os legalistas, provocavam desordem na província sendo necessário restabelecer o controle da situação. Para além dos relatórios provinciais, as correspondências também eram documentos produzidos pelos legalistas, com informações sobre o andamento da província e sobre as visões dos governantes acerca da revolta. O conteúdo desses documentos era prejudicial aos cabanos, contribuindo para a construção de uma imagem deturpada de suas reais intenções.

No período do movimento cabano, o então presidente do Grão-Pará, Francisco José de Souza Soares de Andrea, nomeado por carta imperial de 4 de novembro de 1835, exerceu efetivamente o governo da província de 11 de abril de 1836 a 8 de abril de 1839. Através de correspondências, o presidente relatava à corte acerca da situação de revolta na província, segundo ele, “os problemas na província estavam relacionados diretamente as características dos paraenses e dos cabanos”.

---

<sup>6</sup> Hemeroteca Nacional Digital. Sessão Periódicos. Correio Oficial n°23, do dia 30/01/1836- RJ

Essas características eram pensadas com o objetivo de macular a população paraense, conforme a visão de Francisco José de Souza Soares de Andrea, os paraenses eram propensos “ao gentilismo, a indolência, a vadiagem, a criminalidade, a desordem, a anarquia, a rebeldia e a barbárie”, o presidente queria “se livrar” de toda uma população (MOURA, 2009).

Em correspondência<sup>7</sup> enviada pelo presidente Manoel Jorge Rodrigues em setembro de 1835, este relatava acerca do “aspecto deplorável e medonho” da cidade de Belém e continua sua fala afirmando que toda a cidade estava cheia de “pretos e tapuios”. Nesse sentido, todo esse cenário relatado por ele nos faz inferir sobre a própria reconstrução que a cidade de Belém passará nos anos seguintes. Assim a restauração da capital do Pará, foi prioridade para o comandante Francisco José de Souza Soares de Andrea, que assumiu a presidência da província a mando do império com a missão restabelecer a ordem no Pará.

O presidente da província paraense, em seu discurso aos deputados da Assembleia no ano de 1838,<sup>8</sup> apontava problemas relacionados aos cabanos, porém, essa não era sua única preocupação. A erraticidade<sup>9</sup> e a indolência dos povos também estavam em pauta. Para o comandante, a eliminação desses adjetivos negativos do povo, precisava de uma “ação direta do governo através de seus representantes.” (MOURA, 2009)

No ano de 1836, o cenário vigente após a retomada da capital paraense pelas tropas legalistas, era noticiado em alguns jornais de circulação nacional, nos quais existiam algumas referências ao movimento da cabanagem, comparando a guerra dos cabanos no Pará com a guerra dos cabanos em Pernambuco e Alagoas<sup>10</sup>, pontuado como única diferença entre eles, o procedimento adotado pelas tropas legalistas para retomar o poder. Tal diferença evidenciava o transporte das tropas, no Pará por intermédio do mar e, em Pernambuco, por terra.<sup>11</sup>

---

<sup>7</sup>Correspondência Militar do presidente Manuel Jorge Rodrigues com diversos. Ministério do Império 1835-1838, encontrada na Biblioteca Nacional, Seção de manuscritos.

<sup>8</sup>Discurso de Francisco José de Souza Soares de Andrea, presidente da província do Pará fez na abertura da 1ª sessão da Assembleia provincial no dia 2 de março de 1838.

<sup>9</sup>Segundo o dicionário online de português, Erraticidade é caráter do que é errático, errante, que anda sem destino ou a vagar.

<sup>10</sup>A guerra dos cabanos ou Cabanada foi uma revolta popular ocorrida entre os (1831 – 1840) a qual o principal objetivo era a restituição do poder do imperador D. Pedro I, que havia abdicado. Os cabanos eram compostos principalmente por indígenas e escravos foragidos. Receberam essa alcunha dos legalistas, por viverem em cabanas as margens de rios da região.

<sup>11</sup>Diário de Pernambuco ano 1836/ edição 00081, disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – Hemeroteca digital.

### 3 RUSGAS NO CONTEXTO DO PERÍODO REGENCIAL

Durante o início do período oitocentista, a província do Grão-Pará viveu muitos conflitos políticos, os quais geraram momentos de tensão, crescendo e eclodindo nos anos 30, na maior revolta protagonizada pela população menos favorecida desse período: a Cabanagem. (MELO, 2015)

Pelo viés histórico, a cabanagem representa a última etapa de um processo revolucionário que se iniciou bem antes da independência, ou seja, da adesão do Pará a independência do Brasil, que ocorreu em 15 de agosto de 1823 e eclodiu depois de 12 anos na cabanagem (SALLES, 1971). Os sujeitos denominados cabanos tiveram, como aponta a documentação da época, influência do “principal agente revolucionário”, o líder cabano urbano, Batista Campos sendo influenciados pela Revolução Francesa nos séculos XVIII, pleiteando ideias liberais e de independência entre os grupos envolvidos na insurreição, entre os quais citaremos os negros escravizados/libertos. (MELO, 2015)

As contendas anteriores ao período da cabanagem eram vistas pelo povo paraense como oportunidades para reverter a situação socioeconômica desfavorecida em que viviam. Enraizadas desde o início da colonização da cidade de Belém. (GUEDES, 2011)

Os negros escravizados buscavam mudanças sociais, qualidade e vida, entre outras formas de liberdade. Aqueles que conflitaram em favor dessas pautas ficaram conhecidos como cabanos. As revoltas eram um “medo” constante das autoridades no período colonial do Brasil. Esse receio tornou-se maior no Brasil imperial, com influências de acontecimentos externos sobre as revoltas escravas, como a exemplo da Independência do Haiti.

A documentação da época entre o governo legalista revelava o temor das autoridades em relação aos agrupamentos dos revoltosos na extensa província paraense. Em ofício<sup>12</sup> do Tenente Comandante Joaquim Rodrigues Colares a Francisco José de Souza Soares de Andrea, solicitando o fornecimento de munição para combater os rebeldes que ameaçavam a vila pedindo a soltura de seu líder, demonstra o clima de tensão.

Os cabanos dificilmente se submetiam as ordens dos seus líderes, nesse sentido, a euforia, o ódio contra os portugueses e os maçons durante muitos anos, os impedia de ouvir

---

<sup>12</sup> Anais do Arquivo Público do Estado do Pará. Ofício de Joaquim Rodrigues Colares, Tenente Comandante a Francisco José de Sousa Soares de Andrea, Bordo da escuna Federal, 27 de junho de 1836. SPP, FJSSA, C.888, D.110.

seus líderes. Infere-se que, o sentimento antilusitano, na verdade, era bem maior que alguma tentativa de paz. Acerca dos acontecimentos durante a Cabanagem cabem as reflexões:

Conta-se que até alguns eram obrigados a carregar, por zombaria, sobre os ombros, pesados troncos de madeira, ou a subir, nus descalços, em palmeiras e árvores cobertas de espinho os quais lhes cravavam o corpo como lâminas de afiados punhais! E quando pareciam desanimar diante de tantos agulhões que aos centos lhes rasgavam as carnes, eram brutalmente ameaçados com armas engatilhadas, e muitas vezes impelidos para cima com pontas de baionetas e varas aguçadas! E não obstante este doloroso martírio por que passavam, nem sempre conseguiam salvar a vida! Os mesmos que eram poupados até a descida das árvores espinhosas, recebiam morte cruenta ao pisar em terra, ou momentos depois no meio de mofas e assuadas! (RAYOL, 1970 Apud GUEDES, 2011)

Não é possível afirmar se os fatos narrados são verídicos. No entanto, todo esse cenário de horror pode ser explicado devido ao fato de o povo receber dos portugueses, todo tipo de humilhações e injúrias. Frente a esse panorama, negros escravizados ou libertos, procuravam oportunidades para escapar do cenário desigual ao qual estavam submetidos. Uma das soluções promissoras era alistar-se na luta da cabanagem, engrossando, assim, as reivindicações dos oprimidos. (GUEDES, 2011)

É de extrema importância entender que os cativos tinham consciência que o processo de emancipação da sua condição só realmente poderia ser concretizado por suas iniciativas. As fugas e a formação de quilombos<sup>13</sup> são exemplos dessa consciência interrogativa em relação à ordem escravocrata. Referindo-se à consciência dos negros escravizados sobre a não aceitação de sua condição oprimida:

É correto afirmar que coube unicamente a eles o mérito de - ao perceberem a conjuntura favorável que essa brecha ensejava - colocar em prática uma série de atitudes não só de resistência, mas também de protestos e de revolta que passaram a preocupar seriamente os poderes e os poderosos da sociedade paraense. (PINHEIRO, 1999)

Analisando de maneira comum ou mesmo sobre uma visão eurocêntrica erguida durante muito tempo sobre os negros escravizados, construiu-se uma visão bem característica para a condição escrava. Os ensinamentos enraizados sobre esses sujeitos giraram em torno de uma visão de sofrimento, violência, dor. Isso realmente existiu. Entretanto, ainda na condição

---

<sup>13</sup> Espaços de produção, rede de solidariedade e de estratégias. Segundo Eliana Ramos (2019) teriam existido muitos quilombos, alguns procuravam construir comunidades independentes; outros aquilombados caracterizavam-se pelo protesto reivindicatório dos escravos em relação aos seus senhores, outros formavam quilombos com pequenos grupos de fugitivos que se dedicavam a assaltos nas proximidades.

de cativo, os escravizados tinham sentimentos e muitas vezes as relações sociais escapavam ao controle do senhor. (SAMPAIO, 2011)

Nesse sentido, sob um viés humanizado, os escravizados negros, estavam sujeitos a sentimentos de paixão, ódio, revolta. Ou seja, poderiam agir contra a condição que lhes era imposta e, isso era feito através de fugas e “negociações”. Havia consciência do sistema opressor e busca de espaço para validar suas ações, seus direitos. (SAMPAIO, 2011)

Contudo, o engajamento da população negra na cabanagem, era uma grande preocupação dos governantes da província paraense, as documentações oficiais de repressão, deixam claro o nervosismo frente à pressão das ideias de liberdade que circulava entre os oprimidos. Além disso, a criação dos quilombos gerava espaços sociais, econômicos e políticos numa sociedade escravista, logo, eram o tormento do estado imperial e dos proprietários de escravos. (RAMOS, 2019)

O vice-cônsul português na cidade de Belém expediu ao comandante de uma corveta em Portugal, um ofício datado do dia 27 de julho de 1835, relatando a preocupação no ajuntamento dos escravos em requerer suas liberdades, dizia: “Vejo-me, portanto, forçado a comunicar a Vossa Senhoria que se pretende envolver nos movimentos anárquicos os pretos como especioso argumento de que, finda a luta, serão todos livres.” (RAYOL, 1969 Apud PINHEIRO, 1999).

A cabanagem mobilizou muitos “significados de liberdade” (RICCI, 2001). As ações dos sujeitos pluralizavam-se, o sentido de liberdade para a população cativa também teve múltiplos significados. Os objetivos de luta, na supressão da escravidão, assumiram formas distintas. “Haviam negros escravos que desejavam melhores condições de vida, outros a constituição ou a manutenção da família, outros desejavam a posse e propriedade da terra, outros o direito de ir e vim, ou de falar livremente.” (BARRIGA, 2011)

Entende-se, portanto, os diferentes significados de liberdade para a população oprimida, escravizada, silenciada. Frente a um movimento plural, como foi a cabanagem, buscou-se reivindicações próprias e contrastantes. Quanto aos diferentes sentidos de liberdades, entende-se que a escravatura era um pilar para o controle social e a alforria dos escravizados, para citar exemplos de liberdade, era uma prerrogativa dos senhores, nesse sentido, para que o cativo obtivesse a liberdade por meio da alforria, necessitava de um bom relacionamento com seu senhor, dito de um outro modo, essa era a ideia de convencer o cativo a manter uma relação de obediência, de fidelidade ao seu proprietário. Tal estratégia, de concentrar esse poder nas mãos dos senhores, transformava os ex-escravos em “negros libertos ainda mais submissos aos seus proprietários.” (CHALOUB, 1996)

Após a retomada de Belém pelos cabanos no ano de 1836, Eduardo Angelim já era o terceiro presidente cabano, pois, os dois primeiros — Clemente Malcher e Antônio Vinagre — haviam falecido. Eduardo Angelim não tinha controle dos rebelados e a maior preocupação no momento era negociar sua possível anistia e de seus partidários. Parte dos revoltosos recusava-se a entregar suas armas e evadia-se para os rios da Amazônia iniciando anos de luta e resistência. Durante essa época muitos escravizados negros assumiram lideranças cabanas. (GUEDES, 2011)

Para o Governo Imperial do Brasil, era assustador que negros escravizados questionassem ou se rebelassem contra o Estado. Em decorrência dos conflitos ocorridos na província do Grão-Pará, os negros e tapuios, embrenharam-se no amplo território e formaram inúmeros quilombos que dentre outras utilidades, serviam de rede de comunicação e para fazer “alianças militares, políticas e econômicas com outros setores da sociedade.” (RAMOS, 2019)

As formações sociais dos quilombos eram motivo de preocupação para os grandes proprietários de terra e do governo antes da revolução cabana e após ela, essa inquietação intensificou-se: “Durante o movimento, então, o perigo foi potencializado pelas ações convergentes entre cabanos e mocambeiros, criando situações-limites de combates as tropas legais, assaltos as fazendas e engenhos, e trazendo temos aos proprietários.” (RAMOS, 2019)

Os escravizados emergiam dos mocambos e das senzalas ou afluindo dos quilombos ignotos, no seio das selvas e nas praias desabitadas, os escravos acostaram-se a causa cabana, com objetivo da reconquista da liberdade. (HURLEY, 1936). A formação dos quilombos significava para os fugitivos a possível criação de espaços novos de liberdade e a aceitável oportunidade de uma vida sem a repressão dos senhores.

A formação de inúmeros quilombos pela província paraense, por negros cativos ou libertos e por outros segmentos sociais descontentes com os governantes, foi a forma de resistência que causava temor aos legalistas, nesse sentido, os quilombos eram referência para fugitivos e ou para os que buscavam outras possibilidades de vivência.

Assim, na formação desses quilombos, seus integrantes conseguiram forjar uma rede de contatos e relações e nesse sentido, estabeleceram alianças que possibilitaram o alcance de alternativas sociais e políticas. Uma delas contribuiu bastante para o engajamento dos escravizados na rebelião, justamente pela identificação do conceito de liberdade, que possui uma pluralidade de sentidos. (RAMOS, 2019)

Havia ainda o ajuntamento de muitos escravos na capital paraense, geralmente nas ruas, nas esquinas, nas tabernas. Existia, portanto, uma possibilidade enorme que nesses

agrupamentos de escravizados fossem discutidas suas condições de vida e possivelmente tais reuniões deixavam seus senhores em constante alerta e bastante temerosos com a situação, pois, “não cansavam de clamar pela repressão policial.” (NETO, 2001)

No entanto, nem sempre os sujeitos envolvidos na rebelião compartilhavam os mesmos objetivos, a documentação dos legalistas aponta divergências entre os grupos em relação às formações dos quilombos, alguns associavam-se aos não-cabanos através de denúncias sobre as constituições de quilombos.

Em correspondência<sup>14</sup> de diversos com o governo nos anos de 1827 – 1837, o comandante do Marajó, João Raimundo Junqueira, no ano de 1836, reporta ao presidente da província do Pará, Francisco José de Souza Soares de Andrea, a morte de um indígena que servia de guia nas expedições de extermínio dos aquilombados, por cabanos desertores e escravos fugidos.

A ideia de fugir, deixar a situação de escravizado a qual os negros estavam submetidos, era constante e haviam diversas maneiras para isso. Os cativos estavam atentos aos debates políticos da época e diariamente atentos em relação a condição de escravizados que viviam. Devido a sua condição cativa, as fugas sempre fizeram parte da vida desses sujeitos, o negro passou a adotar mais formas de luta, a partir do momento em que este identificou o conceito de liberdades sobre um olhar mais politizado, não somente na “pregação dos revolucionários que agitavam a ideia da independência aliada a concessão da liberdade aos escravos.” (SALLES, 1971)

Os negros escravizados estavam inseridos praticamente em toda produção econômica da província. Engajavam-se em diversas ocupações, trabalhavam na coleta das drogas do sertão, nas roças de subsistência, na fabricação de farinha, na lida dos gados, pescarias, na fabricação de artesanatos, etc. (RAMOS, 2019)

Em ofício de Antônio de Andrade, Tenente Comandante de Vila de Soure, a Francisco José de Souza Soares de Andrea, presidente e comandante das Armas da província do Pará, entre outros assuntos, relata a organização de mocambos organizados por escravizados cabanos, na data de 1 de janeiro de 1837 no Marajó.

Constata-se que já existia uma organização dos escravos em suas lutas e a resistência em abolir a ordem escravocrata, oportunidade de ampliar as ações de insurgências que esse segmento popular já tinha de longa data. Magda Ricci afirma que os indígenas e os negros de origem africana perceberam que tinham identidades em comum, impulsionadas

---

<sup>14</sup>Arquivo Público do Estado do Pará. Documentação do governo. Correspondências de Diversos com o Governo. Códice n° 853. 1827-1837.

pelo “ódio ao mandonismo branco e português e na luta por direitos e liberdades.” (RICCI, 2006)

Nas relações sociais constituídas em prol da subversão da escravidão, a população negra e escravizada forjava diferentes estratégias, dentre as quais as fugas frequentes, porém, a negociação com os seus senhores era também uma das formas de subverter a escravidão.

#### **4 A PERCEPÇÃO DA AÇÃO DOS NEGROS ESCRAVIZADOS/LIBERTOS NAS DOCUMENTAÇÕES OFICIAIS**

O comandante Francisco José de Souza Soares de Andrea suspendeu os direitos constitucionais durante seu governo na província do Grão-Pará. Junto a outros deputados, aprovou a lei do crime geral ou crime de ser cabano. A penalidade consistia em prender qualquer indivíduo que, comprovado ou não, tivesse envolvimento com a revolta. Desta forma, o comandante cometeu inúmeras atrocidades contra os paraenses, há diversos presos descritos nos códices sem ao menos a comprovação da participação na revolta. Através de jornais, relatórios, correspondências da época, a cabanagem foi retratada como uma grande ameaça aos interesses do império e a civilização.

Em correspondência<sup>15</sup>, contendo a relação dos presos pelo crime geral que foi conferida ao comandante do Paquetá para ser entregue no Rio de Janeiro a disposição do Ministério da Justiça, encontram-se negros considerados traidores da legalidade por integrarem grupos rebeldes ou segundo o comandante Francisco José de Souza Soares de Andrea, são presos unicamente pela sua “insignificância”.

Devido a essa visão própria do comandante, muitos negros foram presos inocentemente, já que as garantias individuais estavam suspensas na província após votação de 53 deputados a favor e 31 contrários com aprovação a lei nº26, em 22 de setembro de 1835. Infere-se que, para o presidente Francisco José de Souza Soares de Andrea e outras autoridades da época, os cabanos e tudo que eles representavam, era insignificante para aquela província. Esse comportamento foi uma articulação dos legalistas para, segundo eles, retomar a ordem na província paraense e reprimir os contrários a legalidade, livres para que atrocidades fossem justificadas.

Há nas documentações da época, registros dos presos por crime geral ou crime cabano, inúmeros negros que se quer tiveram julgamento sobre a participação na revolta e

---

<sup>15</sup>Correspondências dos presidentes com diversos 1836-1839 C.1039. Arquivo Público do Estado do Pará.

foram presos, ou seja, para o presidente, mandar os suspeitos de serem rebeldes para fora da província, era uma estratégia de reprimir futuras revoltas e assim prendia a todos que tivessem qualquer postura de rebeldia contra a coroa brasileira. E segundo Francisco José de Souza Soares de Andrea, na província do Grão-Pará, “não tinha um homem de cor que não fosse rebelde”, a partir desse raciocínio, mandava invadir as casas atrás de rebeldes escondidos.

Ainda neste registro, consta a relação dos presos que foram remetidos da província do Pará para o Rio de Janeiro a disposição do Ministério da justiça, nota-se que a lista apresenta uma espécie de classificação racial dentre 60 presos negros, pardos, mameluco e cafuz, temos 44 nascidos no Pará, 2 do Maranhão, 4 da Bahia, 2 do Espírito Santo, 2 de Cuiabá, 2 de Pernambuco, 1 de Alagoas, 1 do Ceará, 1 do Mato Grosso e 1 de Minas. A maioria possui uma ocupação ou suposta ocupação, uma vez que esses presos seriam enviados a corte para trabalhos compulsórios. A localidade da prisão da maioria foi cidade de Belém, sob culpa de ser cabano ou “crime cabano”, sendo que pouco antes da retirada dos direitos individuais, poderiam ser considerados inocentes.

Em ofício<sup>16</sup> ao Ministério de Justiça em 27 de maio de 1836, Francisco José de Souza Soares de Andrea descreve sobre os réus da província e seus processos, em relato afirmava que “todos os chefes dos rebeldes, e os mais encarniçados bebedores de sangue que se tem distinguido nesta época, são huma e mesmíssima coiza, só tem as formas exteriores diversas.”

Percebe-se que, para Francisco José de Souza Soares de Andrea, todos os presos por crime geral são igualmente monstros criminosos. A relação dos presos pelo crime geral que foi conferida ao comandante do Paquete patagônia para ser entregue no Rio de Janeiro a disposição do Ministério da Justiça, consta entre os presos, Mathias Evangelista, de cor preto, solteiro de 24 anos, preso em 15 de junho de 1836, acusado se ser um dos rebeldes que atacaram a capital na madrugada de 7 de janeiro de 1835 e consta também que esta já havia se envolvido em outras rebeliões.

Em correspondência a diversos<sup>17</sup>, consta a relação de rebeldes presos a bordo da corveta defensora, que era um navio que abrigava presos políticos, foi possível encontrar o registro de um preso negro, escravo de Bernardino Pestana, de nome Leandro, acusado de ser um influente cabano, especialista em incêndio e em assassinar brancos. Pode-se inferir que as narrativas construídas na documentação sobre os rebeldes são carregadas de intencionalidades, colocando os cabanos como algozes. Discurso construído para justificar as

---

<sup>16</sup>Código 1039, Doc. 4. Arquivo Público do Estado do Pará.

<sup>17</sup>Código 1004. Correspondência dos presidentes com diversos 1836-1840. Arquivo Público do Estado do Pará.

atrocidades cometidas pelas tropas em prender ou matar pessoas que em muitos casos eram inocentes.

Pelos ofícios dos comandantes militares, que eram correspondências entre as autoridades locais com o presidente da província, tem-se ideia da dimensão negativa que era ser considerado cabano nos tempos de revolta. Para o presidente da província do Pará, os revoltosos eram “bebedores de sangue”, sem qualquer distinção nem de raça, nem de gênero tampouco faixa etária.

Disposto em correspondência com diversos<sup>18</sup>, em ofício de Lourenço Justiniano da Serra Freire, Tenente e comandante Militar da vila de Santarém, a Francisco José de Souza Soares de Andrea, comunicando sobre a estrutura “atual da Força Militar”, sua estratégia para manter a vila segura e protegida de ataques de rebeldes, descreve a captura de rebeldes, entre mulheres, crianças e escravos.

A repressão não poupava nem mesmo as crianças, consta na documentação das correspondências com diversos, prisão de dois pequenos rebeldes de 10 (dez) e 12 (doze) anos de idades, que foram encarcerados na Defensora. Os dois eram negros e escravos, esse fato ao que parece, surge na documentação carcerária como forma de justificar esse castigo.

## **5 LIDERANÇAS NEGRAS**

De atuação muito expressiva na revolta da cabanagem, os negros na condição de escravizado ou liberto, vinham de variados lugares para compor o contingente contestatório, na esperança de cessar seu regime servil. Partiam de mocambos, das senzalas, das praias, da selva. Porém, para um estudo mais específico em relação à informação quantitativa de escravos negros cabanos é de caráter dificultoso. Em vista da insuficiência de dados estatísticos sobre essa população na revolta. No entanto, estima-se que está na faixa de milhares. Grande parte dos escravizados associaram-se à causa de forma clandestina. (HURLEY Apud. SALLES, 1936)

Na região de Acará, localidade onde existiam amplas fazendas e engenhos, partiram grandes contingentes de escravizados para engajar na cabanagem, tanto que foi no Acará que o terceiro cabano Eduardo Angelim, mandou seu irmão para combater escravizados revoltosos dessa região. Tanto Eduardo Angelim quanto Felix Malcher eram proprietários de

---

<sup>18</sup> Códice 888. Correspondências dos presidentes com diversos. Arquivo Público do Estado Pará.

escravos, sem a menor intensão em abolir a escravidão, portanto, reprimiam violentamente ideias opostas. (PINHEIRO, 1998)

Nesse sentido, no que diz respeito ao envolvimento dos negros escravizados na cabanagem, mesmo que as informações sejam muito escassas, serão suficientes para apontá-los como heróis libertários. Destaca-se três personagens nessa população que contestaram sua condição escrava e assumiram papéis relevantes durante a revolta cabana, são eles: o negro Patriota, Joaquim Antônio e o João do Espírito Santo, conhecido como “diamante”. Guerreiros audaciosos, como eram definidos pelos legalistas. Todos se destacaram no levante, protagonizando suas ideias revolucionárias, combatendo até mesmo o terceiro presidente cabano, Eduardo Angelim, que os reprimia e não compartilhava das ideias abolicionistas. Foram acusados de “proclamarem a liberdade a seu jeito”, o Patriota e Joaquim Antônio foram fuzilados pelo governo cabano de Angelim. Já “Diamante” fugiu pela mata e formou grupos guerrilheiros que compartilhavam os mesmos ideais. (SALLES, 1971)

A presença desses três grandes revolucionários na cabanagem, oriundos da condição de escravizados, exigiam a abolição da escravatura num momento bem difícil o qual passava a revolta. Foi de fato relevante e memorável. Houve muito sacrifícios e luta a fim de contestar o domínio português.

Contudo, as severas penalidades que esses líderes receberam do presidente cabano Angelim, como por exemplo, o fuzilamento em praça pública, indicavam o imenso contraste existente entre os próprios cabanos - proprietários brancos *versus* escravizados. Também “demonstra a intenção de não transigir com as demandas impostas pela escravaria”. As execuções em praças públicas serviam para manter a “ordem” escravocrata, além de, desmoralizar toda ação de resistência praticada pelos negros, através do “terror repressivo dos brancos.” (PINHEIRO, 1999)

Houve lideranças negras por toda Amazônia durante a revolução cabana, que agiam de forma clandestina. No baixo-Amazonas, um preto de nome Belisário comandou um agrupamento de 300 rebeldes que em sua maioria eram negros e que se intitulava “libertador da raça”, o negro Felix esteve sob o comando de acima de 400 rebeldes, o negro Cristóvão comandava um bando aproximadamente de 150 homens. (SALLES, 1971)

O preto Felix teve destaque como líder de aproximadamente 400 rebeldes na região do Acará. O general Francisco José de Souza Soares de Andrea, quando perseguiu o presidente cabano Eduardo Angelim, deparou-se com o bando de Felix e seus comparsas, a maioria escravos. Felix foi um fiel seguidor de Angelim na revolta e mesmo depois da prisão

de Angelim, continuou em resistência com um de seus parceiros, Manoel Maria. (SALLES, 1971)

Portanto, os negros escravizados ou libertos tiveram presença marcante concernente à Cabanagem. Alguns motivados pelos discursos liberais, outros em sua liderança das massas de escravizados, com objetivo de validar suas reivindicações de liberdade da condição de cativos foram duramente reprimidos pelos legalistas. O presidente cabano, Angelim, era um escravocrata, sem o menor interesse em abolir a escravidão ao contrário dos escravizados negros. Definitivamente essa bandeira não foi levantada por Angelim e nem pelos dois outros presidentes cabanos anteriores, que tiveram a ajuda da massa popular para que a tomada de Belém em 1835 tivesse êxito. Angelim foi o “que mais contribuiu para frear a marcha da ideia abolicionista e republicana, mandando fuzilar os dois maiores líderes dos escravos: Joaquim Antônio e Patriota.” (SALLES, 1970)

Em documentação feita no ato da entrega de presidência da província do Marechal Francisco José de Souza Soares de Andrea para o Doutor Bernardo de Souza Franco no dia 8 de abril de 1839, contendo a condição e o andamento em que a província do Pará estava sendo entregue. Alguns artigos chamam atenção no tópico sobre as instruções para os comandantes militares da província no art. 19º diz:

As partidas exploradoras nunca pernoitarão duas vezes no mesmo lugar, salvo em cazo de urgência ou de reconhecida utilidade. Indagarão das pessoas que encontrarem aonde existe rebeldes, e servindo-se d'ellas como guias, os perseguirão até onde for possível, matando os que rezistirem, ou recuzarem entregar as armas, e prendendo aos que se renderem, ou forem surprehendidos. (Exposição do Estado e Andamento dos negócios da Província do Pará – No ato da entrega que fez da presidência o Exmo. Marechal Francisco José de Souza Soares de Andrea ao Exmo. Doutor Bernardo de Souza Franco, no dia 8 de abril de 1839 – Pará 1839. Na Typografia de Santos, e menor: n° 15)

A estratégia dos governantes a fim de capturar possíveis rebeldes escondidos, consistia em descentralizar locais estratégicos para surpreender os rebeldes, numa espécie de emboscada. Na fala de Francisco José de Souza Soares de Andrea, os comandados indagavam as pessoas suspeitas de conhecerem rebeldes, especificando onde estão e ainda, quem demonstrasse qualquer resistência à prisão seria morto.

No artigo 24º no tópico sobre as instruções para os comandantes militares, na segunda parte, a fala de Francisco José de Souza Soares de Andrea, a familiares de rebeldes diz: “devem procurar seus maridos, filhos, parentes, e persuadi-los a que se apresentem para não incorrerem em maior delito”. Deduzimos que as ordens se tratam, porém, de ameaças

feitas as famílias, pois, quem poderia entregar os seus para que fossem mortos? e muitos no temor dos acontecimentos, talvez não tivessem outra opção. (Ibid. 1839. Art.24º)

No artigo 26º, a respeito das instruções para os comandantes militares, diz o seguinte: “Quando hajão presos de crimes notáveis, o sr. Comandante Militar exigirá que se formem os sumários competentes das authorities judicias respectivas, para se cuidar no julgamento dos reos como e de justiça.” (Ibid. 1839. Art.26º). Infere-se que no caso de o acusado haver cometido crime que não seja o de ser cabano, terá um julgamento como manda a justiça. Enquanto que condenados pelo “crime geral” não tem nenhuma oportunidade de provar inocência, devido a retirada das garantias individuais.

Sobre os “homens de cor”, o comandante Francisco José de Souza Soares de Andrea ao deixar a província do Pará ao seu sucessor, doutor Bernardo de Souza Franco, humilhou e menosprezou ainda mais esses sujeitos, instigando ainda mais violência. No Regulamento dos corpos de trabalhadores artigo 5º<sup>19</sup>, fica nítida a maneira como os negros eram vistos, sobretudo os negros e cabanos: “Todos os homens de cor que aparecerem de novo em algum districto, sem guia ou motivo conhecido, serão logo presos, e enviados ao governo, para lhes dar destino, quando a sua culpa não seja outra.”

Acerca da relação dos presos cabanos e os seus destinos:

No cruzamento da variável cor, descobrimos que a maioria dos cabanos que foi anistiada ou não era constituída de brancos, enquanto a maioria dos óbitos em prisão era de negros, e tapuios. Entre os brancos falecidos no porão da corveta defensora, a maioria era de desertores (soldados e marinheiros), inclusive europeus, particularmente ingleses e portugueses. (GUEDES, 2011, apud MONTEIRO, 1994)

Após as prisões dos brancos cabanos, havia duas opções: exílio ou anistia do governo. Enquanto que, os negros, tapuios, mamelucos, eram aprisionados na corveta defensora, onde muitos morriam à espera de possível anistia. Entende-se que, em relação ao negro que é o foco desse artigo, grande parcela que escapava e formava quilombos, em lugares como o Turiaçu, próximo a Vizeu. Recebiam auxílio de cabanos brancos que cediam alimentação e suprimentos em troca de alguma retribuição, a exemplo de expulsar os legalistas que apareciam na região. Outros negros que não estavam aquilombados, “engrossavam as fileiras de guerra em Belém” e em outras localidades, porém, todos recebiam o mesmo destino, o aniquilamento. (GUEDES, 2011)

---

<sup>19</sup>Índice ou Repositório Geral das Leis da Assembleia Legislativa provincial do Grão-Pará (1838-1853) por André Benjamin, natural da província do Pará, chefe de secção da Tesouraria da Fazenda da mesma província.

## **6 A CONSTRUÇÃO DEPRECIATIVA SOBRE A TRAJETÓRIA DOS CABANOS NEGROS ESCRAVIZADOS/LIBERTOS E O SILÊNCIO HISTORIOGRÁFICO NAS DOCUMENTAÇÕES**

A documentação disponível acerca da Cabanagem, embora seja vasta “conta quase estritamente com o ponto de vista dos legalistas”, ocasionado uma tarefa bastante difícil a identificação do cabano. Vale ressaltar que a documentação do período da cabanagem era feita entre as autoridades sendo os assuntos e questões eram variados, tanto no âmbito público como em relações pessoais. (SCAGLIONE, 2019)

O modo como os legalistas referiam-se aos cabanos nos documentos feitos entre autoridades e a corte, revelava quase sempre a figura generalizada e negativa dos cabanos sob perspectiva restrita. Os legalistas viam desconfiança todo e qualquer indivíduo de cor. As falas das autoridades legalistas registradas na documentação do período, adjetivaram negativamente os cabanos em geral, termos como criminosos, assassinos serviram para condená-los por suas ações. Tais expressões caracterizavam o poder legalista na província. E nesse contexto, aos negros escravizados essa depreciação os colocava numa situação mais complicada. (LIMA, 2007).

Com base nas análises sobre o desempenho dos negros cativos/libertos na Cabanagem, entende-se a respeito das demandas que esses sujeitos reivindicavam com o movimento. A incessante busca por liberdade e qualidade de vida a fim de extinguir a visão de objeto comercializado. Porém, a partir de escritos de estudiosos sobre o movimento da Cabanagem conclui-se que a participação dos negros escravizados/libertos foi intensa e precisa. No entanto, foi bastante omissa pela historiografia. “Os protestos e lutas em prol de sua emancipação, embora tenham se mostrado extremamente ricos no Grão-Pará, ficaram silenciados por uma historiográfica que sequer os conseguia enxergar como componentes da sociedade Regional.” (PINHEIRO, 1999). Esses sujeitos foram extremamente atuantes nas manifestações, conscientes da oportunidade que o movimento cabano lhes apresentava de liberdade política e social. Deve-se pontuar que os cabanos e nesse contexto, os negros escravizados, foram derrotados militarmente, porém, venceram culturalmente, propondo louvável projeto político-social.

O movimento chegou até as fronteiras do Brasil Central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de ideias e de pessoas. Teve um amplo avanço pelos rios da Amazônia

e até mesmo em outros países, surgiram indagações acerca dos cabanos e seus interesses. (RICCI, 2006)

“A cabanagem tem continuado a ocupar apenas notas marginais e rodapés desprezíveis, denunciando o descaso da historiografia brasileira para com os movimentos sociais.” (PINHEIRO, 2001)

Engrossando o silenciamento da participação dos negros escravos/libertos na Cabanagem e desqualificando o cabano, tem-se os primeiros documentos que compunham a historiografia da Cabanagem. A exemplo dos relatos dos viajantes estrangeiros que passaram pela província insurreta, como o do missionário Daniel Kidder e a visão do Barão de Guajará Domingos Rayol, em sua obra “Motins Políticos”, o registro mais analisado sobre a Cabanagem, publicado em vários volumes entre os anos de 1865 e 1890, contendo narrativas sobre a revolução voltadas para a defesa do Estado. Sobre o Barão de Guajará pode-se inferir que, por este ter vivenciado momentos particulares emotivos durante a revolta, como o assassinato de seu pai pelos revoltosos, esse fato, possivelmente influenciou sua escrita sobre os sujeitos cabanos como um memorialista. (SILVA, 2021)

O relato do viajante Daniel Kidder, que esteve na província paraense em 1839, momento em que a cabanagem estava acontecendo nos interiores, dizia: “Quase todas as ruas têm casas pontilhadas de balas ou varadas por projeteis de canhão. Algumas foram apenas ligeiramente avariadas, outras quase que completamente destruídas. Dentre estas últimas, algumas foram restauradas, outras abandonadas”. Esse olhar impertinente, era estrategicamente utilizado como uma forma de controle da ordem na província pelos legalistas. Era indispensável, reconstruir a província em tempo de revolução, destruir as marcas dos cabanos, era “necessário construir a memória sob a ótica do vencedor e apagar o outro tempo.” (RAMOS, 2010)

A narrativa construída sobre a cabanagem no primeiro momento foi descrita com negatividade. Na qual os cabanos eram rebeldes, malvados, degenerados, assassinos, incivilizados, homens de ínfima classe. A Cabanagem era reconhecida até mesmo pelo governo central como um “motim” e, nesse sentido, as ações dos cabanos eram voltadas somente para a desordem e para matar brancos (SILVA, 2021). Entretanto, os adjetivos que caracterizavam esses sujeitos e os condenavam, era reflexo da visão construída pelos legalistas. Entretanto, para os escravos e os demais envolvidos na cabanagem, os possíveis crimes cometidos poderiam ter sido estrategicamente, o melhor a fazer para aquele momento. (LIMA, 2007)

A marinha britânica produziu documentação enquanto esteve na província paraense no período da Cabanagem. O registro demonstra o temor do Governo Imperial gerado pelo movimento cabano:

A facção vitoriosa, ou seja, a tropa de selvagens que agora domina o Pará, consiste principalmente de índios (deles existe uma numerosa população entre as províncias do Pará e Maranhão) e de várias raças mestiças entre índios e negros, classificados com a denominação geral de cafuzos, estando, creio eu, entre as variedades mais sem valor da espécie humana. Se esses homens conseguirem se manter, não há dúvida de que irão exterminar a raça branca até onde estiver ao seu alcance. Se derem liberdade aos negros africanos e os receberem como pares e camaradas, ou eles os retiverem de fato como escravos em seu próprio serviço, não temos como sabe-los, mas uma união entre essas duas raças de cor, com a finalidade de cometer violências contra seus donos em comum, parece ser o resultado mais provável (...) se a revolução não for dominada agora, a grande e fértil província do Pará pode ser considerada totalmente perdida para o mundo civilizado. (CLEARY, 2002)

Entretanto, a omissão da presença negra na Amazônia, dificultou o entendimento legítimo da luta desses indivíduos. A compreensão da ação política dos negros na primeira metade do século XIX, não foi uma tarefa fácil pois “suas múltiplas ações sempre foram minimizadas pela produção historiográfica”. (PINHEIRO, 1999)

Essa pouca ou nenhuma visibilidade dos negros escravizados, contribuiu para a subordinação da população negra, pois, durante muito tempo quando citados na literatura, concernente à Cabanagem, eram mencionados sempre de forma pejorativa, ainda que esse cenário caminhe para uma mudança em “relação a presença mais significativa “do negro na literatura ainda no século XIX. (FILHO, 2004)

As fontes documentais existentes deixam transparecer que os negros escravizados, ainda que sob uma limitação social, alcançaram espaços que proporcionaram negociações, como por exemplo, as alforrias. Ou seja, manifestaram-se como agentes históricos. (SAMPAIO, 2011)

Na Amazônia, havia grande apreensão das autoridades e receio de que rebeliões como a da Cabanagem voltassem a ocorrer. A preocupação era tão severa que havia receio de possíveis contatos de escravizados fugitivos com outros nessa condição e remetessem a lembranças dos “tempos calamitosos” da Cabanagem.

## 7 CONCLUSÃO

Por longo período os cabanos foram vistos como ferozes, sem alma, desumanos, malvados, “bebedores de sangue” entre outros termos pejorativos. Sob a narrativa do opressor, foi feita a construção de uma imagem do povo paraense cabano que representava a barbárie. E para isso, contaram com a historiografia deixada na documentação escrita pelos próprios opressores.

Os escravizados negros ou libertos assumiram diversos sentidos de liberdade, que serviram de estratégias para o enfraquecimento do sistema de servidão, como as fugas, as negociações com os senhores ou o engajamento em protestos ou em movimentos sociais. Bem como, era diverso também o entendimento da escravidão para esses sujeitos.

A cabanagem eclodiu frente à busca por melhorias, tanto políticas quanto social e econômica. Parte da população paraense, insatisfeita com os governantes, estava disposta a discordar da ordem, numa revolta multifacetada. Os interesses em comum, ao primeiro momento, uniram os menos favorecidos a uma pequena parcela da elite local. Contudo, as divergências e os interesses contrastantes fizeram o movimento perder força e obter forte repressão.

Assim, os escravizados negros/libertos foram para as autoridades, como uma pedra de tropeço, frente às ações dos revoltosos no decorrer do movimento da Cabanagem. Nesse sentido, infere-se que o desempenho dos escravos na revolução cabana, buscava reverter as atividades dos que pregavam a manutenção da ordem escravista e do prosseguimento do cativo.

A repressão direcionada aos negros escravizados foi intensa e violenta. A disseminação do ódio a esses sujeitos no decorrer da Cabanagem, intensificou-se ainda mais por assumirem posição de destaque a exemplo de Diamante e Patriota, que tiveram suas vidas ceifadas por reinventar a liberdade. (PINHEIRO, 1998)

Compreende-se que a desqualificação dos negros escravizados/libertos analisada nas correspondências entre as autoridades legais, estava ligada diretamente ao contexto da formação do Estado e da nação. Portanto, fazia parte da estratégia legalista torná-los inimigos e desordeiros. Para além dessa afirmativa, era a forma que a legalidade utilizou para legitimar seus atos contra os revoltosos. (MOURA, 2013)

Por conseguinte, as lutas sociais como as reveladas na Cabanagem, de forma alguma podem ser descartadas ou subjugadas. O embate que reuniu uma população insatisfeita com a opressão a qual passava, tornou-se sem dúvida, uma luta que fertiliza a

busca pela extinção de condições indignas e desiguais, tal como ocorreu no início da década de 30.

Afirmar que o negro tem sido agente histórico ativo no processo de lutas ocorridas na história da Amazônia hoje em dia é uma realidade.

## **FONTES E ARQUIVOS**

Arquivo público do Estado do Pará (APEP)

APEP. CÓDICE 888. D. 110. Anais APEP v. 4, t. 1, p.1 – 290, 2001.

APEP. CÓDICE 853. 1827 – 1837. Correspondências dos governadores com diversos.

APEP. CÓDICE 1039. 1836 – 1839. Correspondências dos presidentes com diversos.

APEP. CÓDICE 1004. 1836 – 1840. Correspondências dos presidentes com diversos.

APEP. CÓDICE 888. Correspondências dos presidentes com diversos.

Biblioteca Nacional Digital ( BND)

BND correspondência militar dos presidentes com diversos 1835 – 1838. Seção de manuscritos.

BND Diário de Pernambuco 1836/ seção periódicos. ed. 00081.

BND Correio Oficial nº23 30/01/1836 seção periódicos.

Discurso de Francisco José de Souza Soares de Andrea. Abertura da 1º sessão da Assembleia provincial. 02 de março de 1838.

Índice ou Repositório Geral das Leis da Assembleia Legislativa da província do Grão Pará. 1838 – 1853.

## REFERÊNCIAS

CHALOUB, Sidney, visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

FILHO, Domício Proença. A trajetória do negro na literatura. Estudos avançados 18 (50), 2004.

GUEDES, Aureliano da Silva. As fontes significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil). Porto: FLUP, Universidade do Porto; Universidade Aveiro, 2011. 310p.

HURLEY, H. J. Traços cabanos. Belém: off Gráfica do Instituto Lauro Sodré, 1936. P. 209.

LIMA, Ana Renata do Rosário de. Olhares sobre o outro: palavras e imagens das autoridades provinciais em tempos de rebeldia (Grão-Pará- séc. XIX) Associação Nacional de História – ANPUH. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007.

LIMA, Ana Renata do Rosário de. Revoltas camponesas no Vale do Acará 1822-1840, Belém: prefeitura municipal de Belém, 2004.

MELO, Wilverson Rodrigo da Silva de. Tempos de revolta no Brasil oitocentista: Ressignificação da cabanagem no baixo Tapajós (1831-1840). Recife, 2015.

MOURA, Danielle Figueredo. As faces da “malvadeza”: os cabanos na visão do Presidente Soares d’ Andrea e os embates pela retomada do Grão-Pará no contexto da Cabanagem. 2013.

MOURA, Danielle Figueredo. Malfadada Província: lembranças de anarquia e anseio de civilização (1836-1839), 2009.

NETO, José Maia Bezerra. Ousados e insubordinados: protestos e fugas de escravos na província do Grão-Pará 1840/ 1860. Topi, Rio de Janeiro, mar. 2001, pp 77-112.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. Visões da cabanagem – uma revolta popular e suas representações na historiografia. / Manaus: Editora valer, 2001.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto.” De mocambeiro a cabano: notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX.” Terra das águas: Revista de estudos Amazônicos. Brasília, VI, 1999, pg. 148-178.

RAMOS, Eliana Ferreira. As mulheres na cabanagem: Presença feminina no Pará insurreto. ANPUH-XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA- João Pessoa, 2003.

RAMOS, Eliana Ferreira. Guerra sem fim: mulheres na trilha do direito a terra e ao destino dos filhos (Pará 1835-1860) São Paulo, 2010. Cidade de malvadezas ou de matar “bicudos”? Belém entre a cabanagem e a belle époque. ANPUH- XXV Simpósio Nacional de História- Fortaleza, 2009.

RAMOS, Eliana Ferreira. Mocambeiros, Negros, Desertores e Cabanos: Alianças e Luta pela Liberdade no Pará Imperial. Texto apresentado no 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis (UFSC), de 14 a 18 de maio de 2019.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidades: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Revista Tempo. Publicado em dezembro de 2006 p.6

SALLES, Vicente. O negro no Pará, sob o regime de escravidão. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ e/ Universidade Federal do Pará, 1971.

SAMPAIO, Patrícia M. (Org) O fim do silêncio – Presença negra na Amazônia. Belém: Açaí/CNPq, 2011.

SCAGLIONE, Luiza Delamonica. Índios na Cabanagem: participações e identidades (1835) – São Paulo, 2019.

SILVA, Karina Baleiro da. Espelhos de uma Revolução: a Cabanagem na região amazônica 1835-1840). / Karina Baleiro da Silva, 2021.